



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE: ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO
<b>Autor</b>	VICTÓRIA HOFF DA CUNHA
<b>Orientador</b>	ANA PAULA MOTTA COSTA

## O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE: ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO

**Autora:** Victória Hoff da Cunha

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Motta Costa

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, que busca analisar as relações estabelecidas pelo jovem que cumpriu medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Porto Alegre. O projeto apresenta uma visão crítica acerca da concepção da medida socioeducativa em meio aberto, e objetiva, nesse sentido, desenvolver uma análise acerca da efetividade de sua utilização enquanto medida de responsabilização juvenil.

Primeiramente, buscamos contextualizar o conceito de território e os princípios que regem a intervenção socioeducativa promovida pelo Estado na vida do adolescente em conflito com a lei. Após, os processos e estágios envolvendo a aplicação da medida socioeducativa de internação e em meio aberto, no que diz respeito à trajetória do adolescente dentro da instituição.

Em um segundo momento, buscaremos dados junto à FASC<sup>1</sup> acerca dos índices de aplicação de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de Porto Alegre. Também, dados relativos aos bairros de origem dos jovens que cumpriram a medida, bem como indicativos dos bairros em que ela foi aplicada, a fim de traçar um mapeamento. Após, iremos realizar um questionário com adolescentes que cumprem/cumpriram medida socioeducativa em meio aberto, a respeito de seus aspectos restritivos, a fim de compreender de que forma a medida dialoga com a realidade territorial e as necessidades específicas destes sujeitos. Serão abordados, especialmente, elementos relativos à segurança, lazer, serviços públicos básicos e mobilidade urbana.

Utiliza-se o conceito de território para auferir que os adolescentes, assim como demais sujeitos, estão submetidos a uma condição de "Multiterritorialidade Simultânea", que determina a vinculação, sem necessidade de mobilidade física, a diversos territórios ao mesmo tempo. Nesse sentido, o Estado, ao aplicar a medida, coloca-se frente a estas multinormatividade como padrão universal e exclusivista de territorialidade, entrando em conflito com as outras territorialidades que submetem os sujeitos.<sup>2</sup> Assim, a conclusão deve esclarecer a respeito dos aspectos da medida em meio aberto que não dialogam com a territorialidade do adolescente, e que, nesse sentido, merecem outra abordagem por parte do poder público. O projeto busca tratar também, de forma mais ampla, a questão do exercício de direitos relativos à utilização do espaço urbano pelo adolescente, bem como a efetividade da internação enquanto técnica de responsabilização, levando em conta os objetivos discursivos da medida socioeducativa, previstos no ECA<sup>3</sup> e SINASE<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre

<sup>2</sup> HASBAERT, Rogério: Viver no Limite. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2010, 320p.

<sup>3</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente

<sup>4</sup> Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo